

JORNAL DO SERVIDOR

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação



Inscrições gratuitas podem ser feitas online até 11 de abril

Correios abrem 548 vagas imediatas para Jovem Aprendiz

Os Correios abriram um processo seletivo com 548 vagas imediatas e cadastro de reserva para o Programa Jovem Aprendiz 2026 em todo o Brasil. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site oficial até 11 de abril. Podem se inscrever jovens de 14 a 21 anos, que estejam estudando (ou tenham concluído) o 9º ano do Ensino Fundamental. A seleção não terá prova escrita: os candidatos serão classificados com base em critérios socioeconômicos e informações do cadastro, com prioridade para jovens em situação de vulnerabilidade social. O contrato será de 12 a 24 meses, com jornada de 4 horas por dia. A remuneração pode variar em cada estado e inclui vale-transporte, vale-refeição ou alimentação e uniforme.

Carreiras Defensoria Pública da União

O Plenário do Senado aprovou, em 18/03/2026, o Projeto de Lei nº 2004/2024, que reestrutura as carreiras administrativas da Defensoria Pública da União (DPU), reduzindo de 20 para 13 padrões e prevendo reajustes salariais em três anos. Relatado pelo senador Jaques Wagner (PT), o texto agora segue para sanção do presidente Lula. A DPU destaca que a medida corrige discrepâncias com outras carreiras do sistema de justiça.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Proposta de Dino põe fim a questionável privilégio

PEC sobre punição a magistrados

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 3/2024), que proíbe o uso da aposentadoria compulsória como punição disciplinar para servidores públicos, segue em tramitação no Senado Federal. O texto prevê que, em casos de infrações graves, o servidor magistrado deixe de receber a penalidade com remuneração proporcional e passe a ser demitido ou sofrer sanções equivalentes previstas em lei. A proposta segue em tramitação pelas comissões internas no Senado antes de ser votada. O ex-senador e atual ministro do STF, Flávio Dino, é o autor da proposta.

Verbas indenizatórias

O Supremo Tribunal Federal pretende começar na quarta-feira (25) o julgamento sobre a constitucionalidade das verbas indenizatórias pagas de forma recorrente a servidores de alto escalão, como ministros, juízes e procuradores, conhecidas como “penduricalhos”. Liminares já suspenderam alguns auxílios e deram 60 dias para revisão dos pagamentos pelos três Poderes.

Folha Pagamento

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza nos dias 28 e 29 de abril o Seminário sobre Fiscalização da Folha de Pagamento da Administração Pública Federal. O evento abordará ferramentas, boas práticas e metodologias para melhorar o controle, a transparência e a regularidade dos pagamentos.

Pagamento II

O seminário em Brasília reunirá especialistas para discutir a atuação do TCU na fiscalização da folha de pagamento, análise de irregularidades, qualidade dos dados e apuração de indícios ligados a rubricas judiciais, teto constitucional e regras previdenciárias, fortalecendo a gestão eficiente no serviço público.

Mobilização

Os servidores da EBSEH, empresa pública que administra hospitais universitários federais, intensificam a mobilização por avanços nas cláusulas econômicas do ACT 2026/2027. Reajuste salarial, vale-alimentação e auxílio-creche estão na pauta. Assembleias ocorrem nesta quarta-feira(25) por todo país.

Mobilização II

Sem proposta econômica concreta da empresa, a Confederação e Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) reforça a pressão e orienta os servidores a participarem das discussões. A expectativa é avançar nas negociações e garantir melhorias nos salários e benefícios nos hospitais universitários.

Professores

A Comissão de Educação do Senado deve votar nesta terça-feira(24) o novo Plano Nacional de Educação (PNE), válido por dez anos. O plano define metas e estratégias para ensino básico, infantil e superior, impactando diretamente professores e profissionais da educação na execução dessas diretrizes.

Professores II

O PNE estabelece objetivos de formação, inclusão e valorização docente, orientando planos estaduais e municipais. Metas de capacitação e carreira podem influenciar salário, progressão e carga de trabalho dos professores, tornando-os protagonistas na implementação do ensino de qualidade prevista pelo plano.



Resultado de concurso deve ser divulgado em 8/abr

Câmara dos Deputados mantém 881 cargos vagos

Dois concursos estão em andamento para reduzir déficit

Andre Souza

Concursos

O quadro de servidores da Câmara dos Deputados tem 16.300 servidores ativos, incluindo efetivos, comissionados, assessores e estagiários. Porém, entre esses, existem 881 cargos vagos, distribuídos entre servidores efetivos e cargos de confiança.

Entre os 2.626 servidores efetivos, 743 cargos estão vagos, principalmente entre técnicos legislativos e analistas. O Secretariado Parlamentar, que atende os 513 deputados, tem 10.082 servidores. Os Cargos de Natureza Especial (CNE) somam 1.738 ocupantes, com 65 vagas abertas, e as Funções Comissionadas (FC) têm 1.699 ocupantes, com 73 cargos vagos. Completa o quadro a Polícia Legislativa, com 900 agentes ativos. A Câmara mantém ainda 3.291 aposentados e 376 ex-deputados. O sistema de pensões atende 1.230 beneficiários de servidores e 468 de ex-parlamentares, totalizando 1.698 pensionistas. A lista de benefícios assistenciais inclui Auxílio-alimentação (14.277 pessoas), Assistência médica e odontológica (35.269 pessoas, sendo 20.046 titulares e 15.223 dependentes); Assistência pré-escolar (2.638 beneficiários) e Auxílio-transporte (457 beneficiários).

Para reduzir essas vagas, a Casa realiza dois concursos públicos em 2026. O principal certame oferece 70 vagas imediatas e 70 vagas em cadastro de reserva, para os cargos de Analista Legislativo (Processo Legislativo e Gestão), com remuneração inicial de aproximadamente R\$ 30.853,99 mensais para jornada de 40 horas semanais, e Técnico Legislativo (Assistente Legislativo e Administrativo), que recebe cerca de R\$ 21.008,19 mensais para a mesma carga horária. Ambos os cargos incluem benefícios como auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte. As provas foram realizadas no dia 8 de março e o resultado preliminar está previsto para ser publicado em 8 de abril.

O outro concurso oferece 40 vagas imediatas para cargos de nível superior, mais 40 vagas em cadastro de reserva para o cargo de técnico legislativo, especialidade Policial Legislativo Federal, com remuneração inicial de aproximadamente R\$ 21.328,08, incluindo adicional de periculosidade, para jornada de 40 horas semanais. As provas objetivas e discursivas serão aplicadas em todas as capitais, no dia 26 de abril. Os aprovados passam por etapas complementares como teste de aptidão física, avaliação psicológica e exames de saúde. As nomeações dos aprovados poderão ocorrer ainda em 2026, mesmo em ano eleitoral.